



InfoSNESup

Número 19 – Julho de 2005 - 2ª Quinzena

REMUNERAÇÕES: CONGELAMENTO EM VISTA DE NOVO SISTEMA OU MERO EXPEDIENTE FINANCEIRO ?

No dia 28 de Julho a Assembleia da República aprovou o decreto que suspende até final de 2006 a contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão salarial, esperando-se a sua rápida promulgação. A argumentação expendida no debate, que pôs a tónica nas poupanças decorrentes da medida, faz supor que não se encara seriamente a aposta num sistema retributivo mais dependente do mérito.

Uma das consequências da medida votada será criar uma desigualdade flagrante e pouco tolerável entre os que progrediram de escalão nos meses anteriores à entrada em vigor do diploma e os que deixarão de progredir por uma questão de meses ou até de dias. Este efeito poderia ser atenuado pelo posicionamento dos afectados em posições intermédias da escala indiciária, mas essa possibilidade nem sequer foi encarada. Poupar parece ser mais importante do que fazer justiça.

O SNESup não foi chamado ao processo negocial, apesar de o ter expressamente requerido à Secretaria de Estado da Administração Pública. Do relatório da proposta de lei decorre que esta negociou com as organizações sindicais de representatividade transversal (?) e que as organizações sindicais docentes foram envolvidas na negociação através do Ministério sectorial, percebendo-se que se pretende referir o Ministério da Educação. Até a Associação Sindical dos Juizes Portugueses e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público foram ouvidos.

A partir de Setembro contestaremos judicialmente a suspensão da contagem do tempo de serviço, a pedido dos colegas que o quiserem, com base, designadamente, na violação do direito à negociação colectiva e no incumprimento da respectiva Lei. Por uma vez a inactividade negocial do Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior, que não fez qualquer diligência, poderá redundar em benefício dos docentes e investigadores dos corpos especiais por si tutelados.

PROTECÇÃO SOCIAL: REGIME DE APOSENTAÇÃO E SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

Iremos promover logo no início de Setembro uma reunião de trabalho para discussão dos vários contributos apresentados por associados em matéria de reformulação do regime de aposentação, disponibilizando previamente o correspondente dossier.

Estando pela nossa parte mais do que trabalhada a questão do subsídio de desemprego, apontamos para uma intervenção simultânea sobre as duas questões junto do Parlamento quando este se debruçar sobre as propostas de lei relativas ao regime de protecção social na Administração Pública.

Dado que o regime geral do subsídio de desemprego vai ser discutido em Setembro em sede de concertação social escrevemos já ao Ministro José António Vieira da Silva sugerindo que se aproveite o correspondente processo legislativo para institucionalizar o subsídio de desemprego na Administração Pública.

ECOS DA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Actualizando o elenco dos órgãos de informação que se fizeram eco da Conferência de Imprensa http://www.snesup.pt/noticias/actual/conferencia_imprensa_snesup.htm que teve lugar em 12 de Julho último podemos listar a SIC Notícias - numa peça com a duração de dois minutos de que já obtivemos cópia - o Público, o Correio da Manhã, o Jornal de Notícias, a Rádio Renascença, a Lusa, o Notícias da Manhã, o Portugal Diário, a Fábrica de Conteúdos, o Primeiro de Janeiro, o Diário do Minho, o Açoriano Oriental (que ouviu também o nosso colega da Direcção Álvaro Borralho), o Diário das Beiras, o Terras da Beira e o Destak.

O impacto registado excedeu as expectativas e mostra da parte dos profissionais da comunicação social uma forte sensibilidade para os temas do ensino superior.

PEDIDA DECLARAÇÃO DE ILEGALIDADE DE DESPACHO DE VÍTOR CRESPO

A existência de falsos convidados e falsos equiparados, isto é de docentes especialmente contratados em tempo integral e dedicação exclusiva por conveniência das instituições é um dos flagelos que afectam os ensinos superiores universitário - 1000 casos - e politécnico - 6000 casos.

No caso do ensino superior universitário, um dos incentivos a esta (má) prática decorre da aplicação do Despacho do Ministro da Educação e das Universidades n.º 317/81, de 10/12 que atribui aos convidados uma carga horária lectiva semanal superior à prevista no ECDU.

O SNESup acaba de pedir a declaração da ilegalidade deste despacho, em processo que corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa - Proc. n.º 1737/05BELSB. Esperamos que tal contribua para um retorno às boas práticas

UM RANKING POLÉMICO

Foi há dias divulgada pelo Público a existência de um estudo, a partir de dados do ISI, sobre a produção científica publicada por universitários portugueses.

O referido estudo esta já a suscitar polémica por ter dado ocasião a mais um ensaio de ranking de universidades, independentemente da consideração de áreas científicas.

Torna-se necessário um debate aprofundado sobre a problemática do desempenho institucional e pessoal.

INFORMAÇÃO SINDICAL EM AGOSTO

Durante o mês de Agosto não será em principio publicado qualquer número da Newsletter InfoSNESup. Recomendamos aos associados que se mantenham atentos ao site www.snesup.pt que procuraremos actualizar na medida do possível.

O site vem aliás mantendo, nestes últimos dias de Julho, acessos da ordem dos 1000 por dia, constituindo, com a Ensino Superior - Revista do SNESup, um instrumento de comunicação de grande impacto.

DIRECÇÃO PEDE CONVOCAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL

A Direcção pediu ao Presidente do Conselho Nacional a convocação de uma reunião plenária deste órgão, com vista à discussão, entre outros, dos seguintes assuntos:

- Processo de Bolonha e Organização do Ensino;
- Sistema Retributivo e Avaliação de Desempenho;
- Relatórios e Contas de 2003 e 2004 e introdução de alterações no Regulamento de Organização Financeira conexas com as propostas formuladas nos Relatórios e Contas;
- Orgânica do Gabinete de Estudos.

As propostas sobre os dois últimos pontos são, nos termos estatutários, da iniciativa da Direcção, e foram já apresentadas. A discussão dos temas "Processo de Bolonha e Organização do Ensino" e "Sistema Retributivo e Avaliação de Desempenho", contudo, terá de fazer apelo à iniciativa tanto da Direcção como dos membros do Conselho e dos associados, representados ou não no Conselho.

Lisboa - Av. 5 de Outubro, 104, 4º - 1050-060 LISBOA – Atendimento - 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 21 799 56 60 - Fax 21 799 56 61 – N° Verde: 800202826 - snesup@snesup.pt

Porto - Av. da Boavista, 1167, 5.1 - 4100-130 PORTO – Atendimento - 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43 - snesup.porto@snesup.pt

Coimbra - Rua Casal dos Vagares, 12 - 3030-141 COIMBRA – Atendimento - 10 - 13 e 14 - 18 Horas
Telefone 23 978 19 20 - Fax 23 978 19 21 - snesup.coimbra@snesup.pt